

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

POR UMA BIBLIOTECONOMIA CONTRA-COLONIAL

FOR A COUNTER-COLONIAL LIBRARY SCIENCE

Marcus Victor Siqueira Josué Gomes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Biblioteconomia é marcada historicamente por uma tradição conservadora e hegemônica de seus discursos e práticas profissionais. Contudo, existe uma movimentação mais crítica e reflexiva que vem sendo construída, e que se revela nas adjetivações da Biblioteconomia (social, crítica, progressista, negra, antirracista, entre outras), desvelando uma fratura social indefensável. Assim, caminhando em outras searas mais sociais e humanas esta pesquisa de cunho teórico a partir da movimentação bibliográfica tece construções dialógicas com Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) e Davi Kopenawa, em prol da construção de uma Biblioteconomia Contra-Colonial. A aproximação com outros sujeitos e outras filosofias tidas como não tradicionais (por estarem fora da Universidade, do Centro) são potentes para a Biblioteconomia humana, social e cidadã, comprometida com os povos originários, com a população quilombola, com a população negra, com o meio-ambiente, com o planeta que agudiza na sociedade capitalista. A intenção é reforçar a urgência do debate, ou melhor, do *envolvimento* contra-colonial da Biblioteconomia brasileira. Conclui chamando atenção para a importância da diversidade epistêmica, a absorção das contribuições teóricas do pensamento contra-colonial pela Biblioteconomia e para a responsabilidade social dos bibliotecários suscitada pela práxis contra-colonial da área.

Palavras-chave: biblioteconomia social; epistemologia da biblioteconomia; Antônio Bispo dos Santos; Davi Kopenawa; biblioteconomia contra-colonial.

Abstract: Library Science is historically marked by a conservative and hegemonic tradition of its discourses and professional practices. However, there is a more critical and reflective movement that has been constructed, and which is revealed in the adjectives of Library Science (social, critical, progressive, black, anti-racist, among others), revealing an indefensible social fracture. Thus, moving into other more social and human areas, this theoretical research based on the bibliographic movement weaves dialogical constructions with Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) and Davi Kopenawa, in favor of the construction of a Counter-Colonial Library Science. The approach to other subjects and other philosophies considered non-traditional (because they are outside the University, the Center) are powerful for human, social and civic Library Science, committed to the native peoples, the quilombola population, the black population, the environment, and the planet that is exacerbated in capitalist society. The intention is to reinforce the urgency of the debate, or rather, of the counter-colonial involvement of Brazilian Library Science. It concludes by drawing attention to the importance of epistemic diversity, the absorption of theoretical contributions from counter-colonial thought by Library Science, and the social responsibility of librarians raised by the counter-colonial praxis of the

field.

Keywords: social library science; epistemology of library science; Antônio Bispo dos Santos; Davi Kopenawa; counter-colonial library science.

1 INTRODUÇÃO

“Só é orgânico aquilo que é acessado por todas as pessoas” (Bispo dos Santos, 2020).

Historicamente, a Biblioteconomia se dividiu em duas correntes: a conservadora e a progressista ou revolucionária (Almeida Júnior, 2015). De um lado, temos uma prática tecnicista, que visa exclusivamente a conservação dos materiais informacionais e, de outro lado, temos uma prática mais libertária, que não se conforma em conservar e organizar *per se*, mas, sobretudo, disseminar a informação para fins de apropriação e emancipação social e política do sujeito. Dessa forma, os estudos críticos e sociais da área contribuem para a humanização e buscam construir os caminhos de uma prática profissional cada vez mais social e humana, em que se busca discutir a relevância dos direitos humanos, da justiça social, da equidade, da diversidade, da igualdade, do envolvimento da Biblioteconomia com a sociedade e os desafios contemporâneos.

Esse movimento, então, pode ser caracterizado conforme o que alguns pesquisadores chamam de “Biblioteconomia Social”, como explica Edgardo Civallero (2013). Trata-se de uma corrente de pensamento e prática biblioteconômica socialmente engajada, buscando descolonizar a biblioteca e a Biblioteconomia, assim como se insere na luta pela igualdade, liberdade, justiça, verdade, solidariedade e dignidade das pessoas. Para além da lógica paradigmática, a Biblioteconomia social faz parte de uma movimentação do campo, de uma “virada social”, que implica em se envolver com as dimensões sociais, econômicas e políticas como parte integrante de sua agenda de ensino, pesquisa e extensão (Tanus, 2023).

Nesse sentido, é urgente refletir e romper com o *status quo* conservador da área, observando os desafios emergentes dos tempos em que vivemos. Sobre esse horizonte de ruptura e construção do novo, digamos, o pesquisador Felipe Meneses-Tello (2019) aponta para a politização da pessoa bibliotecária e de seu serviço prestado à comunidade. O autor não crê na neutralidade e imparcialidade das coisas, as escolhas são políticas e diz respeito a um compromisso ético e moral – o que nos remete ao pensador Paulo Freire (1987), em seu livro “Pedagogia do Oprimido”. Segundo Meneses-Tello (2019) há uma defasagem na formação dos(as) bibliotecários(as) em compreender seu ofício como componente político,

inserido na disputa de uma sociedade igualmente política. A constatação desse autor é de que há uma forte influência do tecnicismo apolítico na formação desses profissionais.

A política, portanto, deve ser compreendida para além das disputas partidárias e ideológicas – não se limita a essas duas concepções –, mas tem a ver com temáticas abrangentes, como democracia, políticas públicas, cidadania, participação política, pensamento crítico. Assim como, a relação da igualdade e desigualdade com as questões de classe, gênero, raça e etnia (Martins; Ferreira, 2018). Segundo os autores Carlos Martins e Maria Ferreira (2018, p. 81), “ao pensar na política devemos recuperar seu sentido político de transgredir o lugar comum, buscando torná-la um instrumento de transformação da realidade”. A ausência de conhecimento político caracteriza uma Biblioteconomia despolitizada, condicionada pela tradição tecnicista do campo (Meneses-Tello, 2019). Ou seja, como pensar numa transformação social sem que o campo da Biblioteconomia se aproprie da sua responsabilidade política e social?

Por outro lado, novas construções teóricas e práticas vêm demonstrando como é possível conceber uma outra Biblioteconomia – como por exemplo, as bibliotecas populares e comunitárias, a Biblioteconomia indígena e negra (Menezes, 2023; Garcês-da-Silva, 2023) –, mais humana e libertária, mais crítica e social. Nesses casos, a informação (ou mediação da informação) é trabalhada como um fenômeno de conscientização e libertação da sociedade contra as opressões; transformando-se em dispositivo cultural a favor da justiça social e dos direitos humanos, atendendo às necessidades de cada comunidade, ao mesmo tempo suscita um novo tempo para o(a) bibliotecário(a): a prática profissional como parte crítica do fazer político e cidadão.

Considerando o que implica uma Biblioteconomia Social, investigar as injustiças e propor uma prática socialmente engajada e política, é que surge a necessidade da gente considerar outros elementos nessa dialética (para além do estabelecido na tradição acadêmica), como o processo de colonização e os saberes de povos ancestrais. Portanto, a reflexão desses elementos é resultado do que chamamos de Biblioteconomia contra-colonial, um modo de ser-estar-pensar a/da Biblioteconomia Social, envolvida por pressupostos oriundos de epistemologias pluralistas, contidos em um gesto de contra-colonizar o campo.

Nesse sentido, elencamos alguns elementos teóricos que se encontram nos ensinamentos dos dois pensadores, Antônio Bispo dos Santos e Davi Kopenawa, em que trabalharemos ao longo do texto, tais quais: o colonialismo / a colonialidade, a biointeração,

a confluência, a *cosmovisão politeísta* e a crítica à política econômica da mercadoria.

O debate sobre a colonização e suas consequências (do ponto de vista social, econômico e subjetivo), como a colonialidade, é parte essencial dessas discussões e, em paralelo ao nosso campo, localiza a Biblioteconomia brasileira frente a sua responsabilidade social, diante dos povos marginalizados; ao mesmo tempo, denuncia o esquecimento histórico de saberes e modos que foram subalternizados. Retomar esses saberes, por meio da Biblioteconomia, é resistir ao que Boaventura de Sousa Santos (1998) intitula de epistemicídio – o apagamento do conhecimento produzido por grupos sociais excluídos. Mas também, aproveitar a relação com esses saberes para humanizar a nossa prática e aqueles/aquelas que são tocados por nós.

E o que esses saberes têm a nos dizer? Nesta investigação teórica, temos como objetivo apresentar essa nova categoria temática que estamos chamando de Biblioteconomia contra-colonial, fruto do nosso trabalho de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em que pese seu estágio de feitura que se encontra ainda em desenvolvimento, qualificamos o trabalho recentemente.

Trata-se, portanto, de uma discussão teórica, em que apresentaremos a relação da Biblioteconomia brasileira com o pensamento contra-colonial. Vale salientar que fizemos um recorte de apenas dois autores contra-coloniais, como é o caso de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) e Davi Kopenawa. Escolhemos esses autores por desenvolverem parte razoável das discussões centrais do ambiente contra-colonial, digamos assim: a crítica à mercadoria e a discussão sobre diversidade epistemológica, política e cultural, satisfazendo, assim, os objetivos deste texto.

2 CONSERVADORISMO E PROGRESSISMO NA BIBLIOTECONOMIA

“A história de todas as sociedades até hoje existente é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 2017, p. 14).

No texto do professor e pesquisador Almeida Júnior (2015), afirma que parte da Biblioteconomia sempre conservou os interesses das classes dominantes, como, por exemplo, nos livros selecionados para a formação do acervo, as ideias e pensamentos de materiais informacionais que retratam a defesa da história oficial. Refletir sobre a história oficial é fundamental no fazer do(a) bibliotecário(a), uma vez que para Walter Benjamin (1987) a disseminação da história oficial é uma forma de manter as coisas como elas são, isto é,

transmitir ao público um sentimento de conformismo, sem atenuar ou detalhar as lutas históricas dos oprimidos; o antídoto, então, para esse estado de coisas está contido no que o autor chama de a história dos vencidos, em outras palavras, a história dos marginalizados, que precisa ser conhecida, apropriada e refletida junto à sociedade.

Almeida Junior (2015) situa as bibliotecas como parte da memória e do corpo dos interesses das elites, por desprezarem em grande medida os saberes populares, aniquilando de seu espaço essas outras formas de construção de conhecimento, o que denota certa influência conservadorismo no controle das bibliotecas. A biblioteca acaba por reproduzir o *status quo* institucional a respeito da organização política do mundo ocidental, ou seja, somente pessoas especializadas e intelectuais que estão à frente de instituições e espaços estabelecidos pelo poder do Estado – o público, o popular, tem pouco valor de construção e concepção desses lugares, restando a eles o lugar do silenciamento, por exemplo. Vejamos o que o autor fala sobre o conservadorismo e que reforça nossa ideia:

Os acervos das bibliotecas mantiveram e mantém o registro oficial da história. Do mesmo modo, conserva um entendimento hegemônico de mundo, aquele voltado aos interesses das classes dominantes. Preservam não só esse olhar histórico, como também a gramática imposta por uma elite de acadêmicos alçados à condição de determinadores da língua culta, da norma padrão. [...] A língua, dentro da forma apresentada e assimilada como correta, é uma das armas do conservadorismo (Almeida Júnior, 2015, p. 133).

As bibliotecas são espaços transformadores, embora na sociedade, por todo o território nacional, de modo geral, sua função é incompreendida (Almeida Júnior, 2015). A manutenção de seu espaço, por sua vez, se dá porque se tornou refém, historicamente, dos interesses das classes dominantes; se limitou, no geral, às técnicas biblioteconômicas, focando em seu papel principal a organização do conhecimento, abdicando de outras tarefas mais sociais e políticas, como sugere Almeida Júnior (2015).

Vemos também que, historicamente, a Biblioteconomia incorpora a neutralidade em sua prática (Almeida Júnior, 2015), característica de uma formação e atuação conservadoras - quer dizer, “o não se posicionar politicamente já denota uma escolha ideológica, que seria a da ideologia dominante” (Martins; Ferreira, 2018, p. 80). Ao mesmo tempo, em razão do comprometimento técnico apolítico, esse conservadorismo subjuga o compromisso social que a biblioteca suscita diante das injustiças – o que limita a nossa prática. Na geografia política e social, urge uma Biblioteconomia com o compromisso de ser um dispositivo científico na

resolução dos problemas contemporâneos que se apresentam da relação entre informação e sociedade.

Como podemos observar, essa biblioteca tradicional e conservadora¹ não possibilita o aflorar de uma prática política e transformadora. Aplicando uma analogia, a fim de compreender a relação dessa biblioteca com o *status quo*, suporemos que, numa linguagem freireana, a biblioteca conservadora está para a Biblioteconomia assim como a educação bancária está para a educação brasileira; isto é, são práticas tecnicistas apolíticas que não leva os envolvidos (profissionais e comunidade) a uma relação investigativa de pensar o mundo com o outro, a partir da diversidade de saberes e vivências, tendo como suporte a própria geografia de informação da localidade, digamos assim.

Nesse sentido, a Biblioteconomia Social tem apontado para um movimento teórico e prático distinto, tem construído um caminho mais libertário, em que se possa discutir as dificuldades e desigualdades das geografias locais das bibliotecas em nosso território. Tem dado atenção à informação (ou mediação da informação e da cultura) como dispositivo de transformação social. A Biblioteconomia tem o dever de se modificar, fazendo jus à pluralidade de ideias, com vistas na justiça social e dignidade da pessoa humana, portanto, são essas “outras Biblioteconomias”, capazes de questionar a ordem dominante e buscar caminhos éticos, humanos e comunitários.

3 BIBLIOTECONOMIA E CONTRA-COLONIALIDADE

“A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua. Posso dizer que sou feitiçeiro, qual é o problema?” (Bispo dos Santos, 2023, p. 4).

Como observamos, a Biblioteconomia tem avançado para a construção de um campo mais social e crítico, que se estabeleça com as pessoas como um dispositivo de reflexão e leitura crítica do mundo. O compromisso social da nossa área está vinculado a sua natureza política, como sugere Leilah Bufrem (1985, p. 114), ao dizer que “o papel da Biblioteconomia

¹ Como apresenta Almeida Júnior (2013, p. 77-78): Apesar de afirmarem categoricamente que sua atuação visa à democratização da informação, ou seja, oferecer e possibilitar o acesso de todos a qualquer tipo de informação que necessitem, na prática, analisando suas ações, conclui-se que esse objetivo não é alcançado. [...] Não procura conhecer seu usuário, como apresentado no item anterior; exige que ele se adapte aos instrumentos e ferramentas utilizadas pela biblioteca, para propiciar o acesso à informação; não orienta a formação do acervo para a satisfação das necessidades informacionais dos usuários. [...] O tecnicismo está fortemente arraigado [...] as técnicas são consideradas por si mesmas, desvinculadas e não relacionadas com os interesses, com as necessidades, com o perfil do usuário.

e seus fundamentos têm sua razão de ser na sociedade”. A autora nos indica a responsabilidade que tem a biblioteca para com as pessoas, ao dizer que: “à frente dos ideais bibliotecários está o valor pedagógico e civilizador que identifica a comunidade profissional, articulando suas atividades para um fim proposto: **a libertação da ignorância**” (Bufrem, 1985, p. 115, grifo nosso).

A Biblioteconomia Social (Civallero, 2013; Lindemann; Spudeit; Corrêa, 2016; Tanus, 2023), a Biblioteconomia Política (Meneses-Tello, 2019) a Biblioteconomia Negra e Antirracista (Garcês da Silva, 2023; 2025) tem buscado cumprir com a responsabilidade de mostrar ao campo uma prática mais humanizadora e transformadora, por outro lado, é preciso avançar no que diz respeito às especificidades culturais, sociais e (geo)políticas a que estão submetidos, sobretudo, os países do Sul Global, em nosso caso o Brasil.

Além dos estudos críticos para a Biblioteconomia, a partir das teorias críticas, em grande medida, contudo, uma das temáticas relevantes aos estudos sócio-históricos em relação ao Sul Global se desenha fora da clássica Teoria Crítica ou do marxismo – exatamente o que se chama por *colonialidade*, um aparato político, subjetivo e econômico de colonização que se perpetua mesmo depois da independência dos países das Américas (ou *Abya-Yala*), como mostra Bispo dos Santos (2015). Autores do chamado campo decolonial trabalham com teses sobre esse contexto colonial (Müller; Sousa, 2021); embora relevantes ao debate, preferimos corporificar na Biblioteconomia os saberes ancestrais de indígenas e quilombolas (que mais que uma teoria, se apresentam como práxis!) – aqui temos também o objetivo de iniciar as discussões desses pensadores junto ao campo da Biblioteconomia. Vale salientar que até então não encontramos trabalhos que evidenciem a relação da Biblioteconomia com a contra-colonialidade².

Desse modo, consideramos importante e ainda mais crítico refletir sobre a nossa história, cultura e sociologia a partir de epistemologias produzidas por grupos marginalizados, que fazem parte da formação subjetiva e cultural do nosso povo, no caso os indígenas e quilombolas. Não se trata de pensadores acadêmicos, mas de intelectuais orgânicos que aprenderam e aprendem com sabedorias de seus ancestrais, no convívio em florestas,

² Fizemos inclusive buscas na base de dados da Brapci, utilizando os marcadores “Biblioteconomia” AND “Contra-colonial”; na Dimensions, utilizamos “Biblioteconomia” AND “Contra-colonial”, uma pesquisa em todo documento e outra pesquisa somente no título e resumo; e no Portal Capes, utilizando os termos “Biblioteconomia” AND “Contra-colonial”, em qualquer campo e todos os tipos de materiais.

comunidades rurais e urbanas, e que retiram dessa relação a tessitura de suas subjetividades, estratégias e modos de vida.

Nossa ideia de produção científica tem a ver com o que a pesquisadora Natalia Duque Cardona sugere no seguinte trecho: “o fundamento filosófico que fomos apreendendo e aprendendo corresponde às filosofias do Sul, profundamente históricas: negra, feminista, camponesa, indígena, cigana. Isso nos permitiu refletir e repensar a Biblioteconomia e Ciência da Informação” (Duque Cardona, 2023, p. 3). Nesse sentido, a contra-colonialidade pode ser uma fonte de ampliação crítica e científica para construção de uma Biblioteconomia transformadora e uma prática profissional política, a partir dos a(u)tores do Sul Global.

A contra-colonialidade é um movimento que tem ganhado notoriedade pública por meio da disseminação de aulas, palestras, livros e falas do intelectual, lavrador e quilombola brasileiro Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo) – foi quem primeiro nomeou, em livros e entrevistas, esse fenômeno. Segundo o autor, trata-se de um ato de resistência, em resposta à colonialidade/colonização, cujos povos afro-pindorâmicos (indígenas e negros e quilombolas) afirmaram ao longo dos anos (Bispo dos Santos, 2015) e seguem afirmando. Além disso, se caracteriza por se opor ao modo desenvolvimentista como o mundo ocidental costuma se estabelecer com a natureza – isto é, dominá-la, explorá-la e submetê-la aos seus anseios mercadológicos. Ao contrário, movidos pelo saber ancestral, esses intelectuais advogam a retomada de uma vida autêntica, pautada na diversidade.

A colonialidade, fenômeno central para o entendimento da complexidade sócio-histórica de Abya-Yala, é abordada por Antônio Bispo dos Santos (2015) como sendo algo que a colonização deixou como legado, um dispositivo hegemônico de pensar e agir que permeia a sociedade e subalterniza as divergências. Em seu livro, publicado em 2015, “Colonização, Quilombos: modos e significados”, Nêgo Bispo aborda a história da colonização a partir dos escritos das bulas papais, fazendo a relação com a colonização e as determinações oficiais da Igreja Católica, resultando em alinhamento entre ambas, isto é, as informações das bulas advinham das necessidades de justificar a invasão europeia. Vejamos o que o autor afirma a respeito disso:

O estranho é que a escola sempre se refere a esses povos apenas como negros e índios, desconsiderando as suas diversas autodenominações e ocultando a relação colonialista por detrás de tais denominações. Isso porque para os cristãos é necessário justificar que essas pessoas são apenas “coisas”, que elas não têm “alma” e que, por isso, delas podem se utilizar como bem quiserem (Bispo dos Santos, 2015, p. 29).

Podemos observar que nesse primeiro momento, Bispo dos Santos denuncia a violência epistêmica que os invasores submeteram os povos afro-pindorâmicos. O autor destrincha as formas com que os povos monoteístas – assim são chamados, por ele, os brancos cristãos invasores – colonizaram nosso povo e que até hoje perpetua-se essa lógica. Tais são os elementos colonizadores, em que o autor quilombola nos apresenta – e que são fundamentais no pensamento contra-colonial: a invenção do trabalho escravo, a maldição da terra (classificando os frutos da terra como “espinhos e ervas daninhas”) e a invenção da *cosmofobia* – medo do cosmos, o medo da diversidade. Esses elementos continuam a existir, segundo Bispo dos Santos (2015), em específico nos centros urbanos – localidades em que há mais chance para a colonialidade aflorar-se, dada a necessidade de consumo e aos altos índices de degradação ambiental.

Nego Bispo afirma que o antídoto à colonização é a contra-colonização, resistir aos modos dos dominantes. O pensador trilha uma estratégia contra-colonial, a partir do que ele chama de *guerra de narrativa* (palavras germinantes, ao invés de “conceitos”), por meio da linguagem, das palavras, dos nomes. Vejamos o que ele diz:

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia. Vamos dizer que a cosmofobia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento (Bispo dos Santos, 2023, p. 3).

O autor continua:

Semei as palavras *biointeração, confluência, saber orgânico, saber sintético, saber circular, saber linear, colonialismo, contracolonialismo...* Semei as sementes que eram nossas e as que não eram nossas. Transformei as nossas mentes em roças e joguei uma cuia de sementes. Quando apresentei essas sementes, essas imagens, essas palavras germinantes, eu tinha a impressão de que a palavra biointeração germinaria mais do que as outras, tanto é que me esforcei muito nesse sentido. Mas o que aconteceu foi que a palavra que melhor germinou foi confluência. Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito (Bispo dos Santos, 2023, p. 4, grifo nosso).

São palavras semeadoras, a linguagem contra-colonial, a que o autor aposta na ginga contra a colonização das mentes e do corpo. Sendo a *confluência* a principal tecnologia, digamos, de resistência, que diz respeito sobre o compartilhamento, envolvimento e comunitarismo, como o autor afirma: “é a energia que está nos movendo para o

compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (Bispo dos Santos, 2023, p. 4) – *modus vivendi* oposto ao modelo ocidental, que é marcado pela mercadoria, pelo lucro, pelo extrativismo, pela exploração do capital.

A *biointeração* é outro elemento fundamental nessa pedagogia contra-colonial, diz respeito a uma maneira orgânica e holística, por assim dizer, de se relacionar com a comunidade e o meio ambiente (Bispo dos Santos, 2023). Em analogia à realidade da Biblioteconomia, as bibliotecas podem se responsabilizar com a conscientização a respeito do meio ambiente, do ecossistema, do território ao qual se inserem. Além de incentivar o protagonismo comunitário na gestão dos espaços – uma forma de interação holística entre sociedade e biblioteca. Parece-nos potente evidenciar o social como dispositivo que reposiciona o campo da Biblioteconomia, desvelando que é preciso retomar para o discurso, para o texto e para o corpo, as tramas que foram escamoteadas.

No livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami”, Davi Kopenawa e Bruce Albert relatam a forma como os garimpeiros e o desenvolvimentismo destrói todo um bioma florestal, rico em diversidade, que envolve os seres vivos e os seres espirituais com os quais os povos indígenas acreditam que existem e mantêm seus ritos. Vejamos o relato de Kopenawa acerca da chegada do garimpo em seu território de origem: “multidões desses forasteiros bravos surgiram de repente, de todos os lados, e cercaram em pouco tempo todas as nossas casas. Buscavam com frenesi uma coisa maléfica da qual jamais tínhamos ouvido falar e cujo nome repetiam sem parar: *oru* — ouro” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 335). A gravidade do relato é impressionante e nos atenta aos limites de uma política desenvolvimentista, em que em nome do progresso se mata vidas alheias e que está nos levando a rotineiros desastres ambientais. Será que não existem outras alternativas?

O caminho está em aprender com outras epistemologias, outras formas de se pensar a política social e econômica brasileira – que sejam capazes de educar as pessoas a refletirem sobre os problemas que afligem a nossa sociedade, do ponto de vista social, psíquico e econômico. Os *urihi wapo pë* (*comedores de terra*, garimpeiros) para os povos yanomami é uma ameaça ao seu modo de vida. Mas também, os *matihi*, o “Povo da Mercadoria”, os brancos, por estarem consumindo as riquezas naturais, a suprir necessidades frívolas, inventadas pela modernidade capitalista. Em outras palavras, os autores abordam uma crítica sarcástica ao fetichismo dos brancos para com o consumo desenfreado e a propagação do dinheiro, prejudicando até mesmo a sua própria casa: a terra, a natureza.

Kopenawa e Albert (2015) afirmam que os brancos da cidade foram condicionados a viverem sob um desejo desmedido por mercadorias, por isso se destruiu e destrói tanto, para garantir as mercadorias dessa gente (que somos nós). O uso de combustíveis fósseis, o excesso de plástico produzido pelo mundo, a vida caótica do mundo trabalho e o adoecimento mental, em que pouco existe espaço para o lazer, para o esporte, para a arte, para a vida comunitária – esses são exemplos de como nossa vida na cidade se exaure e perde o sentido. A vida do ser humano moderno, sob a ótica do sistema capitalista, está moldada dentro de uma lógica predatória e exploratória. Diferentemente dos povos da floresta, que, como afirma Kopenawa: “nossos verdadeiros bens são as coisas da floresta: suas águas, seus peixes, sua caça, suas árvores e frutos. Não são as mercadorias! É por isso que quando alguém morre logo damos um fim em todos os seus objetos” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 410). A vida, aqui, tem outro sentido, uma vitalidade humana voltada para o equilíbrio emocional, *ser mais do que ter*.

Esse movimento da floresta que resiste ao chamado desenvolvimentismo econômico é fisgado por Kopenawa como uma filosofia crítica ao capitalismo. “Para nós, a política é outra coisa. São as palavras de *Omama* e dos *xapiri* que ele nos deixou” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 390). Para tanto, *Omama* (a terra) e os *xapiri* (entidades não vivas) são, digamos, pressupostos fundamentais para a construção de sua (cosmo)política yanomami, diferentemente da política representativa burguesa, em que há um abismo entre vontade popular (comunidade) e burocracia institucionalizada republicana (realizada, em muitos casos, para defender os interesses das classes dominantes).

Nesse sentido, a política na floresta é direta e participativa, consciente e inclusiva. “Possuímos a imagem de *Omama* e a de seu filho, o primeiro xamã. Elas são nossa lei e governo. [...] As palavras de *Omama* e as dos espíritos penetram em nosso pensamento com a *yãkoana* e o sonho. [...] Guardamos nossa lei dentro de nós” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 390). A política para esse povo é ação, território e espiritualidade, ou seja, os elementos que compõem o seu cotidiano. A política está sendo costurada simultaneamente em que se vive, sem necessariamente a presença de uma estrutura burocratizada e opressora, chamada de Estado.

Acerca desses pressupostos, é que inferimos que pensar a Biblioteconomia dentro desse contexto é refletir sobre como as bibliotecas têm se relacionado com a comunidade, com o território. O modo como as bibliotecas podem incorporar o seu sentido teórico, prático

e político no Sul Global, em Abya-Yala, evidencia para a construção de um dispositivo informacional de consciências pluralistas, de escuta ativa e de diversidade epistêmica – uma perspectiva contra-colonial, ao fim e ao cabo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“só o impossível acontece
o possível apenas se repete...
se repete... se repete...” (Chacal, 2016).*

Há uma necessidade, a partir dos autores que elencamos, da Biblioteconomia se politizar e se voltar para as nossas questões, os nossos problemas e referenciais teóricos. Politizar-se não no sentido de ser partidária de algum partido político ou ideologia, mas de construir uma consciência profissional que elenque a responsabilidade social como parte formadora de quem somos. Compreender que a Biblioteconomia, por integrar, naturalmente, como qualquer outra área, tanto as contradições de uma sociedade de classes - marcada por desigualdades - quanto por fazer parte do grupo das Ciências Sociais e Humanas, deve protagonizar um pensar e fazer que busque, acima de tudo, humanizar e promover a justiça social e epistêmica.

Esse movimento de adjetivar a Biblioteconomia com o Social, Crítica, Progressista, Radical, Decolonial, Contra-colonial, Antirracista, Negra é revelador: existe um conflito entre uma Biblioteconomia conservadora e outra progressista, a que em certo sentido incorpora e defende os interesses do *status quo* e outra que busca romper e construir um novo modelo, em que se pautem a democratização do acesso à informação e a construção do conhecimento. Nas palavras de Nego Bispo (2015) a “guerra das denominações” também se manifesta no campo científico, e nomear, no sentido contra-colonial, é transformar arma em defesa – aqui as palavras germinam e florescem, “contrariando as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Bispo dos Santos, 2023, p. 3).

Acreditamos que para se avançar ainda mais é preciso ir além das teorias críticas e do marxismo. Para compreendermos a realidade do mundo – a *palavramundo* (Freire, 1987) – do Sul Global, devemos incorporar as epistemologias pluralistas, as que são criadas por parte da população historicamente marginalizada, presente em aldeias, florestas, quilombos, sertões e na própria cidade. O contra-colonialismo alerta ao nosso campo sobre os impactos negativos do mundo globalizado e capitalista e sugere um caminho teórico e prático de

compartilhamento, protagonismo comunitário e diversidade cultural.

Segundo a pesquisadora Natalia Duque Cardona (2019), o modelo bibliotecário na América Latina é distante dos sujeitos, territórios e saberes locais, é urgente superar essa realidade. A contra-colonialidade na Biblioteconomia abre caminhos para novos modelos epistemologias, integra a comunidade no seu fazer e trabalha com a memória e saber das localidades. Preocupa-se com o meio ambiente em que está inserido, promovendo uma prática de biointeração e multiétnica. Retoma a autoestima da comunidade e enfrenta o *status quo* dominante (e avassalador), por meio da cultura e da informação como arma revolucionária de compartilhamento e afeto.

Por fim, a Biblioteconomia contra-colonial corporifica em sua práxis pressupostos da contra-colonialidade, sinalizada pelos estudos de Bispo dos Santos (2015, 2023) e Kopenawa e Albert (2015), tais como: confluência (compartilhar e ouvir), biointeração (organicidade com o território), cosmovisão politeísta (confluir o diferente e viver em diversidade) e filosofia crítica ao modelo econômico da mercadoria (negação do consumo desenfreado e do conhecimento como mercadoria). Ademais, precisa-se enfrentar o que nos coloniza e nos torna pessoas com práticas sociais e profissionais conformistas, individualistas e determinísticas, como se nos formássemos e soubéssemos de tudo – mas, sobretudo, refletir de que modo a formação nos condiciona a uma prática limitadora, conservadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e Revolução (ou Reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://repi.ufsc.br/sites/default/files/BISPO-Antonio>. Acesso em: 06 out. 2025.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Perspectiva Contracolonial: Mestre Antonio Bispo dos Santos**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bhdV4u8Dt20>. Acesso em: 27 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

BUFREM, Leilah Santiago. Fundamentos sociais e políticos da Biblioteconomia. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. p. 108–122, 1985. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36139>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CHACAL, Ricardo. **Tudo (e mais um pouco)**: poesia reunida (1971-2016). Rio de Janeiro: 34, 2016.

CIVALLERO, Edgardo. Aproximación a la Bibliotecología progressita. **El profesional de la información**, Granada, v. 22, n. 2, p.155-162, mar./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2013.mar.10>. Acesso em: 29 abr. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia. **La incidencia de la biblioteca en las desigualdades sociales: aportes epistemológicos a una bibliotecología y ciencia de la información latinoamericana**. Medellín: Fondo Editorial Biblioteca Pública Piloto, 2019.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. **Palabra Clave (La Plata)**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. e242, 2025. DOI: 10.24215/18539912e242. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/178685>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LINDEMANN, C.; SPUDEIT, D.; CORRÊA, E. C. D. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 707–723, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MARTINS, Carlos Wellington Soares; FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecária(o)s na política: perfil da(o)s profissionais bibliotecária(o)s nas eleições municipais brasileiras de 2016. In: SPUDEIT, Daniela et al (org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Abecin, 2018. p. 75-92.

MARX, Karl. **O capital [livro 1]**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENESES-TELLO, Felipe. A biblioteca pública como instituição política: a correlação entre bibliotecário público e bibliotecário político. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 905–940, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.24669. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24669>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MENEZES, Vinícios Souza de. Biblioteconomia Indígena: tramas encantadas pela Terra Viva. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 28, n. Dossiê Especial, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5007/1518-2924.2023.e92861.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92861>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MÜLLER, Jéssica Paola Macedo; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Cartografias Subalternas: travessias epistemológicas para a Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. e5786, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5786. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5786>. Acesso em: 10 ago. 2025.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia Social: uma virada social. **Ciência da Informação Express**, Lavras, n. 4, p. 1-6, jun. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/68d06db4-7a61-4113-9107-6501f87fb9b6>. Acesso em: 06 out. 2025.